# REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 5

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 3- JAN/JUN DE 2007
ISSN 1980-9018


## TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA FESTA DO IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO


**O Autor**

**Silvia Lopes Raimundo**
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo


Quando pensamos em processos de criação e afirmação de identidades e alteridades, capazes de unir grupos e fazê-los diferentes de outros, conseqüentemente, também consideramos uma série de representações simbólicas construídas ao longo da história pelas diferentes sociedades. Essas representações acerca da relação sociedade-espaço, notoriamente discursos sobre formas espaciais, muitas vezes aparecem formalizadas em textos construídos fora dos limites institucionais da geografia, como, por exemplo, poesias, romances, ensaios e artigos de jornais e revistas.

De acordo com esse ponto de vista caberia buscar compreender o processo de criação daquilo que Moraes (1991) chama de "*ideologias geográficas"* numa conjuntura concreta , questionando quais leituras do espaço tornaram -se hegemônicas e influenciaram as representações da nação e quais orientaram mais diretamente a produção do território. Compreender os discursos de caráter geográficos criados durante a festa do IV° centenário da fundação de São Paulo, seus direcionamentos políticos e intervenções na geografia material da cidade se colocam como objetivos principais desse trabalho.

Ano de 1954, a cidade de São Paulo preparava-se para festejar quatrocentos anos de sua fundação. Apesar de abalada, primeiro pela crise do café e depois pela derrota militar na Revolução Constitucionalista de 1932, em menos de duas décadas, já era possível ver na cidade, demonstrações de orgulho tanto pelo passado como pelo desenvolvimento industrial ainda recente.

Contexto ideal para demonstração de sentimentos pátrios e criação de certas ideologias, a comemoração do IVº Centenário da fundação da cidade de São Paulo transformou-se num dos principais marcos da história paulista. Intelectuais, empresários e artistas, quase sempre envolvidos com o poder público, representado pela prefeitura e governo do estado, criaram discursos capazes de unir a sociedade e modificar o espaço da cidade.

A Festa do IV° Centenário da cidade de São Paulo, compreendida no contexto de configuração de um projeto nacional desenvolvimentista, meticulosamente planejada, assim, como as grandes exposições universais do século XIX, funcionou como vitrine para apresentar as novidades da época. Nesse caso específico para os bens de consumo duráveis produzidos na cidade e região. Oportunidade impar para a recém formada burguesia cristalizar seu projeto de crescimento/desenvolvimento de base industrial. A mobilização do poder público com tal antecedência indica a relevância da data para a história da cidade e a possibilidade de retomar aquele antigo projeto de hegemonia política e econômica desenhado nas décadas passadas.

## São Paulo na Era do Rádio

Ultrapassada a crise do pós derrota militar de 1932, seguida de uma grande campanha pela regeneração política de São Paulo frente aos outros estados da nação inicia-se uma nova fase histórica. Nesse momento, as iniciativas pública e privada voltam-se para um projeto único. Por um lado, a recém formada burguesia industrial prepara um projeto de desenvolvimento econômico voltado para o industrialismo, a administração pública implementou uma série de melhorias urbanas capazes de qualificar a cidade como moderna.

Nessa época uma das imagens divulgadas com maior freqüência foi a da São Paulo enquanto cidade moderna, frenética, que não podia parar, disciplinada para o trabalho e preparada para a prosperidade. O Centro Novo, local de maior concentração das melhorias urbanísticas e equipamentos culturais representava a imagem ideal da cidade apta a receber e produzir toda e qualquer novidade. No meio da multidão, no vai e vem da cidade que se modernizava e tinha pressa e desejos de incorporar o que de mais novo existia, o paulistano mais abastado podia desfrutar das novidades. Nessa época o Centro Novo concentrava não somente o comércio elegante, como possibilidades de entretenimento e lazer.

Passados quase trinta anos da agitada Semana de Arte Moderna de 1922, o Centro Novo ainda permanecia como o mais importante espaço cultural e intelectual da cidade, local onde aconteciam com freqüência muitas sessões de cinema, música e exposições. Os bares, cafés e livrarias do centro recebiam com freqüência artistas e intelectuais atraídos pelos equipamentos culturais instalados nas ruas próximas da praça Dom José Gaspar.

Em São Paulo, o período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado pela intensa industrialização; pelos processos de urbanização e ocupação dos subúrbios, alimentados pela chegada de pessoas de diversas regiões do país; e por intensa movimentação nos campos artístico e intelectual, com a hegemonia do modernismo e a criação de instituições como o Museu de Arte de São Paulo (MASP), sua cinemateca, instalados inicialmente na sede dos Diários Associados, localizada na rua Sete de Abril, Museu de Arte Moderna (MAM) e o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Além de outros pontos de encontro, como o botequim de cineastas e jornalistas, Cine Coral que exibia filmes de arte, a Aliança Francesa, o Teatro Cultura Artística, o Instituto de Arquitetos (IAB), a casa de chá Viena e o cineclube do Centro Dom Vital.

Para além da movimentação cultural, capaz de criar, sob a ótica e a estética modernista, um discurso sobre a modernidade, o projeto de desenvolvimento esteve ligado à perspectiva de modernização, não somente dos equipamentos e da estrutura urbana, como do sistema produtivo vigente. Ao se afastar da crise do café e, conseqüentemente, do antigo modelo agrário-exportador a classe dirigente preparava-se para defender um grandioso projeto de industrialização. Tal perspectiva só alcançou condições de existência a partir do apoio de Getúlio Vargas. Ao longo de seu governo, especialmente do Estado Novo, foram lançadas as bases para a construção da metrópole que emergiria após a Segunda Guerra Mundial. A elite de São Paulo buscava tanto o progresso material e econômico quanto cultural e intelectual.

Apesar de aparentemente fora do lugar aconteceu junto com a criação de todo um ideário moderno o resgate de uma tradição. A busca pelo passado legitimava o progresso de São Paulo, um futuro traçado no passado que se tentava verificar na história e na geografia. Era a tentativa de conciliar moderno e tradição.

De certa forma, o discurso hegemônico do IV° Centenário acabou divulgando uma mistura de referências a São Paulo, como, por exemplo, terra do trabalho, terra da liberdade dos costumes e, especialmente, capital bandeirante. Aliás, o mito do bandeirante se fixa muito fortemente nessa época, e diz respeito à imagem do empreendedor e trabalhador que se deseja imprimir aos paulistanos. Passados os tempos quando o grande debate sobre o binômio antigo/novo girava em torno da relação barbárie/civilização, agora tal discussão se faz sobre a necessidade de modernização e disciplinamento para o trabalho. Na periferia do mundo capitalista, especialmente no Brasil, a modernidade surge como projeto para criar um ambiente de modernização, no caso de São Paulo, um processo de urbanização e industrialização. Aos poucos, a televisão, a geladeira, o telefone e o automóvel e centenas de outros objetos produzidos no Brasil simbolizariam um novo padrão de consumo, símbolos do ser do desenvolvimento da sociedade.

É importante salientar que excetuando alguns trabalhos, como, por exemplo, as letras das músicas do Adoniran Barbosa e o livro “Quarto de Despejo” de Carolina de Maria de Jesus, ficam de fora dos discursos mais divulgados às classes mais pobres (CALDAS, 1995). Enquanto o centro da cidade exibia sinais do progresso com melhoramentos urbanos, à população de baixa renda restavam as favelas, cortiços e bairros distantes, resultado da crise de habitação que se estendia desde a década de 1940 e geraria o modelo expansão da cidade baseado na tríade loteamento periférico, desejo de ter uma casa própria e autoconstrução para, pelo menos, as cinco décadas seguintes (BONDUKI, 1998).

As décadas de 30 e 40, período de aprofundamento do processo de industrialização e urbanização, foram marcadas por um forte traço de racionalização e montagem institucional. Em São Paulo, especialmente após a gestão do prefeito Prestes Maia (1939-1945), acabou se consolidando um

modelo de desenvolvimento baseado também pela realização de obras públicas. O projeto rodoviarista e expansionista apresentado no Plano de Avenidas de Prestes Maia criaria um conceito de cidade baseado na circulação de automóveis. Sua principal ênfase era a constituição de um sistema viário que combinava a implantação de um perímetro de irradiação com um conjunto de avenidas radiais e perimetrais. As avenidas radiais fariam a ligação com os bairros periféricos e o sistema perimetral se articularia com as avenidas radiais, constituindo assim as bases para uma progressiva expansão territorial da cidade.

Nesse sentido a gestão de Prestes Maia significou a superação de um urbanismo de orientação estética e sanitarista que havia marcado o início do século 20. A ênfase ao sistema viário consolidou a constituição da territorialidade do automóvel. A retificação do rio Tietê significou o abandono da idéia de uma área verde de lazer e de contenção urbana em função do modelo de ocupação dos fundos de vale com avenidas. No vale do Anhangabaú, o parque Bouvard virou um grande estacionamento antes de se tornar eixo viário da ligação norte-sul da cidade.

## A Festa

A festa para comemorar o IV° Centenário foi organizada por uma autarquia denominada Comissão do IV° Centenário da Cidade de São Paulo, formada por representantes da elite econômica e política do estado. Os nomes envolvidos nas comissões e subcomissões invariavelmente foram retirados do universo cultural-acadêmico, da indústria, do comércio e de diversas entidades e associações civis. Desde o primeiro momento os planos da Comissão foram bastante ambiciosos englobando diversos setores da vida cultural da cidade e do estado, como dança, música, teatro, cinema, artes plásticas, eventos esportivos, educativos e de negócios em geral.

Nessa ocasião, foram inaugurados o Parque do Ibirapuera e a Catedral da Sé. Dentre os eventos culturais realizados destacaram-se o 1º Festival Brasileiro de Folclore, o *Ballet* do IV° Centenário, a Mostra Internacional de Arquitetura, A 1ª. Bienal de Artes Plásticas, apresentações de teatro, música e cinema e uma exposição sobre a história de São Paulo, coordenada por Jaime Cortesão. Além da construção e inauguração de monumento como o das Bandeiras do Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932.

As atribuições da comissão organizadora consistiam em: a) elaborar o plano geral das comemorações do IV° Centenário sugerindo todas as medidas úteis e uma condigna comemoração da efeméride; b) promover os estudos históricos relativos à Fundação de São Paulo, estimulando as pesquisas nas fontes originais, sugerindo toda e qualquer medida de estudo referente à evolução histórica, política, econômica e cultural de São Paulo, com base no período entre o século XVI até 1950; c) estudar um plano de intensa propaganda das comemorações projetadas, propondo, concursos de cartazes, fotografias, trabalhos escolares, revistas, folhetos, editoriais e toda

colaboração pudessem oferecer os meios de divulgação, principalmente a imprensa escrita, rádio, cinema e televisão; d) fazer um estudo relativo aos fundos necessários à realização das comemorações; e) decidir sobre os planos, projetos e propostas baseados nos pareceres das subcomissões. f) propor ao Prefeito Municipal todas as medidas de ordem executiva ou legislativa, de interesse à plena consecução da finalidade em vista.

A indústria e o comércio, expressões do crescimento econômico da cidade, foram representados por Francisco Matarazzo Sobrinho, dirigente das indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Uma espécie de mecenas, o presidente da Comissão foi um dos fundadores do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), da Companhia Cinematográfica Vera Cruz e da Bienal de Artes. O capital gerado pela indústria foi utilizado não somente na divulgação do evento, como também na sua realização, especialmente na área da construção civil. O esforço de fazer da festa uma vitrine para os produtos e bens de consumo produzidos em São Paulo também pode ser observado nas diversas intervenções que ocorreram no espaço da cidade. Os empresários viram na festa, grandes possibilidades para divulgarem o que São Paulo poderia oferecer de melhor.

Ao organizar eventos, a Comissão acabou mobilizando diversas camadas da sociedade em torno das comemorações. A cidade foi entrando no clima da festa na medida em que se aproximavam os eventos programados.

Além de abrir uma perspectiva de mobilização, a festa trouxe um tema muito debatido no passado. Em diversos discursos divulgados pela imprensa escrita e pela própria Comissão podemos perceber que a data comemorativa recolocou no centro do debate a questão da brasilidade.

A festa, uma cerimônia pública que segundo Oliveira (1989) possui as funções pedagógicas e unificadoras, capazes de reduzir as distâncias existentes e agregar pessoas de diferentes classes sociais, quando realizada em momentos de crise ou de mudanças pode permitir o surgimento de novas tradições. As festividades do Primeiro Centenário da Independência e do IV° Centenário da Cidade realizadas em São Paulo podem ser consideradas como exemplares de um momento marcado pela invenção de tradições, na medida que foram palcos da definição de quais eventos e pessoas deveriam ser lembrados ou esquecidos.

Nesse sentido, um grupo de história, legalmente criado no Decreto Lei nº 4052, teve como obrigação pensar e divulgar a memória de São Paulo. Tal memória não foi definida livremente, comprometida com a idéia de que a festa deveria promover uma imagem de crescimento e prosperidade, temas que lembrassem a vocação de liderança do lugar foram priorizados. Dessa

forma, a Comissão procurou incentivar a partir de concursos e da publicação e reedição de textos que dessem conta da história desde o século XVI.

Um dos critérios adotados na seleção dos textos a serem publicados perpassava pelo tema do bandeirantismo dos séculos de colonização e das conquistas territoriais como resultado desse movimento. Tal iniciativa apresentou-se como ponto de contato entre duas formações de classe dominante, uma dos tempos do IV° Centenário, cristalizada na autarquia da Comissão e outra de duas ou três décadas anteriores, muito ativa nas comemorações do Primeiro Centenário da Independência em São Paulo.

Como sabemos, entre escritos e ensaios produzidos nas primeiras décadas do século XX não estava em jogo apenas o berço da brasilidade, existia, pelo menos aos olhos dos intelectuais e dos políticos, a busca de certa hegemonia política diante do resto do país. Nesse momento a criação de uma tradição tornou-se para a elite paulista praticamente uma obsessão. O bandeirismo e o berço jesuítico foram apresentados, frente a outras interpretações como, por exemplo, a de Gilberto Freyre, como matriz da identidade nacional.

Acreditamos que o bandeirantismo enquanto matriz regional recebeu imensa colaboração de Afonso Taunay e Alfredo Ellis Junior. Esses envolvidos na política local e articulados com importantes instituições paulistas (Museu Paulista, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) puderam escrever e divulgar elementos para a invenção de uma tradição que foi capaz de criar entre os paulistas uma identidade de caráter espacial (RAIMUNDO, 2002.)

Em São Paulo, a substituição da palavra paulista pela bandeirante tornou-se ao longo do tempo bastante freqüente, ora em placas de ruas e praças, ora em discursos e homenagens. Em vários momentos da história, vimos emergir algum tipo de alusão às bandeiras, a seus principais personagens e ao rio Tietê, uma espécie de dádiva natural do Brasil. Construído ao longo do tempo, o símbolo paulista teve constantes evocações em estudos e ensaios sobre a sociedade paulista. Dos relatos do século XVIII aos discursos mais contemporâneos do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, foram vários os intelectuais que se dispuseram a pesquisar a história colonial de São Paulo e outros tantos que usaram a imagem do bandeirante em seus discursos políticos, caracterizando de certa forma, a construção de uma tradição. A figura do bandeirante nos parece, por excelência, representante dos paulistas.

A pátria bandeirante está entre as matrizes regionais elaboradas e apresentadas como peças fundamentais para o entendimento do processo de

construção da identidade nacional. Forjada em um país de poucas tradições teve por objetivo criar um passado histórico que fosse capaz de agregar paulistas de diferentes classes sociais na defesa dos ideais de uma pequena burguesia de agricultores e exportadores de café. Objetivando fazer da história dos primeiros povoadores do planalto de Piratininga, a história de todos os brasileiros, paulistas ou não, os criadores desse ideário destacaram as conquistas territoriais dos séculos XVI e XVII. A história do Brasil deveria ser aquela da conquista do sertão a partir do planalto, por dentro do Tietê que colocava sobre os ombros dos bravos bandeirantes a construção do país. São Paulo deveria aparecer como centro de onde partiram os heróis conquistadores de espaço. Nessa leitura o país seria São Paulo, seria o café, seria o mito bandeirante.

A construção dessa mítica concebeu durante anos o território nacional como herança exclusiva das iniciativas dos bandeirantes, ou seja, o mapa do Brasil seria o mesmo desde o período colonial. Tal ideologia foi formulada a partir de uma estratégia que ora omitiu as discussões pela posse das áreas em litígio, principalmente na região norte do país, ora responsabilizando os paulistas aparentados diretamente ou imbuídos pelo espírito do planalto de Piratininga pelas vitórias diplomáticas ocorridas tempos mais tarde.

Com o fim do século XVI, os principais habitantes da região de São Paulo já tinham passado pela destruição de suas aldeias e pela desarticulação de suas sociedades e os poucos sobreviventes achavam-se subordinados aos colonos e aos jesuítas. Contudo, na historiografia estudada a obra violenta dos bandeirantes, a ação etnocida da invasão territorial, deveria ser vista como pura poesia. Nessa história do Brasil não existe espaço para assuntos que possam macular a imagem do paulista. Os principais capítulos deveriam ser enaltecedores de um personagem e de um grande tema, respectivamente do bandeirante e da nossa herança material – o território conquistado. No mito da heróica ocupação pacífica que Cassiano Ricardo reconstruiu a partir da história elaborada por Afonso Taunay, Ellis Junior, Washington Luís, Basílio de Magalhães, Alcântara Machado e outros tantos nomes que seguiram o famoso lema do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – ***"A história de São Paulo é a história do Brasil"***-, o Brasil era um paraíso (RAIMUNDO, 2000).

Das idéias que compõem o regionalismo paulista, essas são algumas que podem ser encontradas em ensaios, discursos políticos, projetos institucionais e livros didáticos. O espírito voltado para o trabalho, o caráter pioneiro do paulista, a tendência, praticamente natural, de ser um predestinado ao sucesso e a liderança são características reconhecidas como sendo da personalidade paulista (e apropriadas como qualidades nacionais), herança dos tempos coloniais.

Quando Afonso Taunay e Ellis Junior, entre outros historiadores, construíram a imagem do bandeirante acabaram criando base para a construção de uma eficiente ideologia, já que sua permanência pode ser percebida até os dias de hoje funcionando como uma das principais representações simbólicas da identidade do paulista. Uma massificação ocorrida através dos meios de comunicação popularizou a simbologia criando condições para que pudesse ser resgatada sempre que fosse necessária, ainda que contrariando os objetivos históricos de sua criação.

Essa tradição foi resgatada pela Comissão para talvez cumprir novamente o papel de símbolo diferenciador da grandeza do estado de São Paulo. Os meios de comunicação e a indústria paulista exploraram exaustivamente imagens e textos produzidos sobre o evento e tudo que estivesse envolvido com esse. No jornal A Gazeta, publicado em 25 de janeiro de 1954, o bandeirante retornou para ilustrar e representar São Paulo frente às outras identidades regionais. Nessa edição comemorativa, o bandeirante aparece algumas vezes dividindo espaço com Anchieta e Manoel da Nóbrega, representantes da idéia do berço jesuítico, em outras anunciando de bens de consumo. Não é raro, encontrar nas páginas dos jornais e revistas da época uma grande empresa parabenizando a cidade através do uso da imagem do bandeirante.

Então o bandeirante foi resgatado pela Comissão para dar ao discurso do presente à coesão necessária para a conquista da hegemonia política e econômica de São Paulo. Se os símbolos que devem permanecer podem ser selecionados e muitas vezes reinventados em novas tradições, a Comissão o fez para articular as diferenças no imaginário da população.

## Considerações Finais

Apesar de reeditarem a relação contraditória do antigo/novo, assim como foi barbárie/civilização durante a passagem do século XIX para o XX, tradição/modernidade em São Paulo, na época de seu quarto centenário, não significou a substituição de uma palavra pela outra, de um significado pelo outro, do passado pelo presente, muito pelo contrário, muitas vezes o antigo apareceu como suporte para o novo.

A modernidade, consubstanciada no processo intenso de urbanização e, conseqüentemente, no surgimento da metrópole não se afastou definitivamente da tradição, especialmente da bandeirante. Ainda que o projeto de modernização estivesse calcado em bases do nacional desenvolvimentismo, as elites continuaram fazendo referências à historiografia inventada nas três últimas décadas do século XX. O crescimento econômico pretendido a partir do industrialismo faria parte de

uma espécie de destino manifesto desde a época das bandeiras. Prova disto são as fotos comemorativas publicadas nos dois maiores jornais de São Paulo no dia da festa do IV° Centenário. Essas edições especiais trouxeram lado-a-lado figuras e fotos daquilo que de mais moderno poderia existir numa casa, como liquidificadores, máquinas de lavar roupa, junto com a figura historicamente construída do herói bandeirante.

Assim como havia acontecido durante as comemorações do Primeiro Centenário da Independência em 1922, o projeto traçado para a festa do IV° Centenário da Cidade também guardou espaço para a reescrita da história de São Paulo. Três décadas mais tarde ressurgiu a possibilidade de festejar São Paulo e destacar mais uma vez aquelas qualidades tão bem definidas pelos que escreveram a história oficial local. A Comissão organizadora da festa (uma autarquia criada para tanto), entre outros temas, priorizou a divulgação da história de São Paulo.

O resgate do mito bandeirante, representante de um paulista trabalhador e empreendedor, conciliador de passado e futuro, legitimou um projeto modernizador para a cidade, espaço privilegiado para investimentos tanto de melhoramentos urbanísticos, como para o desenvolvimento industrial. Ordenar e equacionar soluções para antigos problemas, preparar São Paulo para um futuro civilizado, promissor e internacionalmente articulado tornou-se objetivo da nascente elite burguesa industrial. Nesse sentido, a festa do IVº Centenário apresentou-se como oportunidade para a exposição de uma outra cidade, anunciando o nascimento de uma nova metrópole.

Esse ideário caracterizado por uma forma específica de pensar o mundo através do ideal de progresso, além da estética modernista, simbolicamente datada na década de 20, mais especificamente, na Semana de Arte Moderna, gerou uma série de discursos que tinham por objetivo expressar a mentalidade ideal para aqueles tempos de modernização. Então se por um lado, a urbanização criaria um ambiente para a modernização, avanço das técnicas no mundo da produção, por outro, no universo das idéias havia a necessidade de ideologias que justificassem tais mudanças.

Nesse momento, a geografia enquanto ideário/ciência moderna apareceu tanto em iniciativas acadêmicas, como em não acadêmicas. Por fora da geografia institucionalizada, muito relacionada com a perspectiva de reanimar uma antiga História Geral das Bandeiras, surgiu a necessidade de promover estudos, assim como de reeditar livros e mapas com temas voltados à formação territorial do Brasil, as bandeiras e os bandeirantes. Enfim, a geografia histórica e o estudo sobre os territórios do passado apresentaram-se como opção para a comissão organizadora da festa do IV° Centenário.

Por dentro da instituição, no caso da Universidade de São Paulo (USP) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AgB), fortaleceu-se um discurso geográfico acerca da cidade. O incentivo à pesquisa sobre o ambiente urbano e a publicação da coleção "A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana", organizada pelo professor Aroldo de Azevedo, cristalizaram uma das contribuições dos geógrafos à festa.

## Bibliografia


AZEVEDO, Aroldo (org). A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

BESSA, Wagner de Carvalho. Território e desenvolvimento: as ideologias geográficas no governo JK (1956-1960). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. 103p.

BONDUKI, Nabil G. Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

CALDAS, Waldenyr. Luz néon: canção e cultura na cidade. São Paulo: Sesc/Nobel. 1995. 157p.

COMISSÃO DO IV° CENTENÁRIO. Boletim informativo da comissão do IV° centenário de São Paulo. Seriado.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil: Ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 215p.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2005. 349p.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 105p.

MEYER, Regina Maria Prosperi. Metrópole e urbanismo: São Paulo nos anos 50. Tese (Doutorado em urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MORAES, Antonio Carlos R. Ideologias geográficas. São Paulo: Hucitec, 1991a. 156p.

_____. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.1, n° 8, p.166-176, 1991b.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Repensando a tradição. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, n°38, p.58-65, 1987.

_____. As festas que a República manda guardar. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n°4, p. 172-189, 1989.

_____. A questão nacional na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1990a. 207p.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Terra conquistada: A pátria de alma bandeirante. Terra Brasilis, Rio de Janeiro, n° 2, p.59-77, julho/dezembro 2000.

_____.A invenção do mito bandeirante: tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de 1920 e 1930. Dissertação (Mestrado em geografia humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. 214p.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp/Studio Nobel, 1997. 242p.

TOLEDO, Benedito Lima de. São Paulo em um século. São Paulo: Duas Cidades, 1980.